

## AS PROPOSTAS AMBIENTAIS DOS PARTIDOS POLÍTICOS PARA A CIDADE DE SÃO PAULO - ELEIÇÕES MUNICIPAIS 2.000

Elizete de Souza Almeida Aluna do Curso de Especialização Educação Ambiental e Práticas Educacionais. UNESP Campus de Rio Claro.

**palavras-chave:** Política; Meio Ambiente; Partido Político

**Resumo:** Partindo do princípio de que a essência da problemática ambiental passa pela questão política, este estudo analisa as propostas ambientais dos partidos políticos para a cidade de São Paulo, referentes às eleições 2000. Tem como base o programa eleitoral de governo das coligações "Muda São Paulo" (PT, PCdoB, PCB e PHS), "São Paulo Somos Nós" (PSB, PDT, PPS e PMN), "Respeito por São Paulo" (PSDB, PV, PTB, PRP e PSD), a "Coligação Mãos Limpas" (PFL/PMDB) e o Plano de Governo do PPB. É uma contribuição para o conhecimento de como os partidos políticos abordam a temática ambiental, envolvendo concepção, propostas, diretrizes e projetos para essa área.

## THE ENVIRONMENTAL PROPOSALS OF POLITICAL PARTIES FOR THE CITY OF SÃO PAULO – 2000 MUNICIPAL ELECTIONS

**keywords:** Political; Environment; Political Party

**Abstract:** Considering that politics is the essence of environmental problems, this study analyses political parties' environmental proposals for the city of São Paulo in the year 2000 municipal elections. The study focuses on the governmental programs of the following party alliances: "Change, São Paulo" (PT, PCdoB, PCB, and PHS), "We are São Paulo" (PSB, PDT, PPS, PMN), "Respect for São Paulo" (PSDB, PV, PTB, PRP, and PSD), "Clean-Hands Alliance" (PFL and PMDB), and finally PPB's Governmental Plan. This study contributes to the comprehension of how Brazil's political parties approach the environment theme, in addition to presenting concepts, proposals, directives, projects related to this area.

O processo de degradação ambiental da cidade de São Paulo foi acelerado nas últimas décadas, como resultado de vários fatores socioeconômicos e de interesses políticos que foram configurando, de maneira desordenada, o espaço geográfico do município.

Neste cenário, os partidos políticos, que tanto fazem a apologia de uma melhor qualidade de vida para a população e que vêm se revezando na administração deste caos urbano, deveriam ser os principais agentes de defesa de propostas adequadas para esta situação.

Bornheim comenta: “As manifestações a favor do meio ambiente vêm assumindo as mais diversas modalidades. Elas invadem a pesquisa de campo e a análise laboratorial, fazem-se presentes em associações de bairro e propiciam até mesmo a formação de partidos políticos específicos. É que o chamado movimento ecológico se impõe, e cada vez mais como um problema que se estende a ponto de atingir as próprias raízes do homem e de sua sobrevivência. (...)”<sup>i</sup>

As palavras de Bornheim levam a alguns questionamentos: Será que a grave crise ambiental na qual estamos inseridos é da alçada apenas dos ecologistas? Será realmente necessária a formação de “partidos verdes” para defender o meio ambiente? Será que os problemas ecológicos manifestam-se à parte de outros que também afligem a sociedade?

Esta pesquisa procura responder a essas e a outras questões, esperando contribuir com reflexões sobre o papel dos partidos políticos diante da degradação ambiental que tomou conta da cidade de São Paulo.

Bornheim, resumidamente, esclarece a delimitação do tema desta pesquisa, ao afirmar: “Só existe uma forma de chegar ao cerne da questão ecológica, que é pela instância política”.<sup>ii</sup> Logo, entende-se que Gerd Bornheim parte do princípio de que a essência da problemática ambiental passa pela questão política e é dentro desta concepção que desenvolvi esta pesquisa. Refletir sobre suas idéias a respeito da problemática ambiental contribuiu para despertar-me o interesse por essa questão e serviu de estímulo para a definição deste objeto de estudo.

Cumprе ressaltar que a idéia de “política” desenvolvida neste trabalho, não está restrita ao papel dos partidos políticos, tendo um significado muito mais abrangente. Na concepção de política compreendida por este estudo, o ato político envolve “(...) uma variada série de atividades: o ato do voto, a militância num partido político, a participação em manifestações, (...), a discussão de acontecimentos políticos, a participação num comício ou numa reunião de seção, o apoio a um determinado candidato no decorrer da campanha eleitoral, a pressão exercida sobre um dirigente político, a difusão de informações políticas e por aí além”.<sup>iii</sup>

Considerando, pois, a gravidade dos problemas ambientais na cidade de São Paulo e considerando também os interesses políticos partidários, que não exibem clareza

em suas propostas no tocante à preservação do meio ambiente, este trabalho tem como objetivo a investigação e a análise destas propostas, de modo a confirmar ou não a profundidade e a seriedade das diretrizes dos partidos políticos com base eleitoral na cidade de São Paulo e que concorreram as eleições municipais no ano de 2000.

Para investigar como as questões ambientais são tratadas pelos diferentes partidos, qual espaço e importância elas ocupam em seus programas de governo, desenvolvi uma pesquisa documental, procedendo a leitura, análise crítica e interpretação destas propostas, que representam a síntese das idéias e ações de cada partido e o compromisso com a cidade e seus eleitores. Procurei analisar se as propostas ambientais não estavam diluídas no programa de governo ou se não ficaram restritas ao item meio ambiente. Para isso, explorei suas interfaces em relação às demais políticas.

Só foram pesquisadas as propostas ambientais dos candidatos majoritários, porque, apesar das várias tentativas de contato e solicitação que foram feitas aos outros partidos, não foi possível ter acesso aos documentos básicos necessários. Portanto, esta pesquisa foi desenvolvida a partir do Programa de Governo dos cinco principais candidatos à prefeitura de São Paulo, apoiados pelos seguintes partidos ou coligações:

Coligação “São Paulo Somos Nós”, composta pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Popular Socialista (PPS) e Partido da Mobilização Nacional (PMN), apoiando como candidata Luiza Erundina; Coligação “Muda São Paulo”, formada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Humanista da Solidariedade (PHS), apresentando a candidatura de Marta Suplicy; Coligação “Mãos Limpas”, constituída pelo Partido da Frente Liberal (PFL) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), defendendo a candidatura de Romeu Tuma.; Coligação “Respeito por São Paulo”, formada pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Verde (PV), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Republicano Progressista (PRP), apoiando como candidato Geraldo Alekmin. E finalmente, o Partido Progressista Brasileiro (PPB) que não saiu coligado com nenhum partido e apresentou a candidatura de Paulo Maluf.

De acordo com a Secretária do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, o atual quadro ambiental da cidade de São Paulo é resultado do modelo econômico que se

desenvolveu no Brasil, caracterizado por profundas desigualdades regionais e forte concentração de renda.

O sucesso da implementação desse modelo econômico no município paulistano foi responsável pelo deslocamento de enormes contingentes populacionais que vieram em busca de melhores condições de vida e de oportunidades de trabalho .

Esse processo migratório, aliado ao descaso do poder público e à conseqüente falta de planejamento urbano, acabou resultando em um espaço intensamente urbanizado, construído de forma improvisada e irracional e que se expandiu “criminosamente” em direção às áreas vitais para o equilíbrio do ecossistema paulistano. Essa expansão urbana desordenada acarretou uma série de problemas que comprometeram gravemente o meio ambiente e a qualidade de vida dos habitantes.<sup>iv</sup>

A crise ambiental de São Paulo compromete setores fundamentais que compõem a vasta e debilitada infra-estrutura, representando um grande desafio para os governantes e para a sociedade civil organizada. É uma cidade com quase 13 milhões de habitantes; 90% dos esgotos não são tratados e 45% não são coletados; 12 mil toneladas de lixo são produzidas diariamente; apresenta 468 pontos críticos de enchentes; 4 milhões de veículos emitem cerca de 4 mil toneladas de monóxido de carbono por dia.<sup>v</sup>

Observando o processo de industrialização, o fenômeno da ocupação urbana e a atual crise ambiental em nosso município, percebe-se que eles são interrelacionados, não sendo possível, portanto, separar, em muitos casos, as questões de política urbana das questões de política ambiental.

Pelo Dicionário de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, “partido político é um grupo social secundário dotado de força política, (...), e que pretende ou detém o poder político com a finalidade de orientar, dirigir e controlar a atividade jurídica, política e estrutural do Estado”.<sup>vi</sup>

Já segundo o Dicionário de Política de Bobbio, Mateucci e Pasquino, a definição de partido político de Max Weber diz: “o partido é uma associação... que visa a um fim deliberativo, seja ele objetivo como a realização de um plano com intuítos materiais ou ideais, seja pessoal, isto é, destinado a obter benefícios, poder e, conseqüentemente, glória para os chefes e sequazes, ou então voltado para todos esses objetivos conjuntamente”.<sup>vii</sup>

Todo partido fundamenta-se em um programa político. De acordo com o Dicionário de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (1987): “Um programa político é a síntese dos princípios ideológicos, a orientação e as motivações táticas que uma força política ou um órgão ativo da administração pública pretende defender, exigir ou resolver mediante sua expressão em um documento explicativo, (...). É utilizado como meio de comunicação com o corpo eleitoral e com a opinião pública, (...).”<sup>viii</sup>

Um programa político partidário representa o compromisso do partido com seus eleitores, percebe-se, entretanto, que a maioria dos eleitores geralmente vota na figura do candidato e não em seu programa eleitoral, sendo influenciada apenas pelo chamariz das promessas que constituem o “marketing” da campanha.

No programa de governo da coligação “São Paulo Somos Nós,” a questão ambiental foi merecedora de um tratamento específico. Apresentou um estudo da situação dos principais problemas ambientais do município, propondo as diretrizes e projetos para o meio ambiente. Afirma que os loteamentos clandestinos em áreas de proteção aos mananciais “vem aumentando nos últimos anos e tornando-se um fator de peso no agravamento do quadro de abastecimento de água. Considera que o problema da água é o componente mais grave entre os desafios ambientais da cidade .

Afirma que a questão da destinação dos resíduos sólidos é outra questão séria, pois “a cidade não possui uma política de destino e tratamento de resíduos sustentável. Nesta abordagem, são apontadas as desvantagens ambientais e os altos custos de cada um dos processos mais utilizados na cidade: aterros sanitários, incineradores municipais e usinas de compostagem. É enfatizado, porém, que “a segregação e reciclagem podem ser encaradas como uma atividade econômica dentro de um conjunto de soluções integradas.”

ix

Este estudo, no entanto, apenas cita superficialmente questões como inundações, ocupações em áreas de encostas, congestionamentos viários, entre outras.

Apesar de significativo, este diagnóstico ficou restrito às questões do lixo e de abastecimento de água, não abordando outros problemas graves e antigos no cenário da cidade, como por exemplo, o desmatamento, as enchentes e a poluição do ar.

O Programa de Governo da coligação “São Paulo Somos Nós” apresentou um total de nove diretrizes sobre meio ambiente, cinco delas são referentes à questão dos

resíduos sólidos e sua destinação, envolvendo propostas de coleta seletiva, reciclagem e programas educativos. Nota-se o quanto o lixo foi privilegiado.

Nesse programa de governo, o item meio ambiente, além de receber uma abordagem específica, também apareceu como uma preocupação em outras áreas: emprego; transporte e trânsito; desenvolvimento urbano, uso e ocupação do solo.

Com relação ao potencial de emprego na área ambiental, este plano de governo prevê a criação da Agência de Desenvolvimento Sustentável. Trata-se de uma proposta inédita, que teria, entre outras, a função de aproveitar o potencial econômico da área ambiental. As áreas de turismo e lazer, coleta seletiva e reciclagem do lixo contribuindo para a geração de emprego e renda na cidade.<sup>x</sup>

Sobre habitação, a coligação “São Paulo Somos Nós” apresenta uma abordagem onde a população carente aparece como vítima ao construir em áreas de preservação ambiental ou em outras condições de precariedade. Por outro lado, aponta como culpados por essa situação, “o mercado imobiliário e o poder público (...)”<sup>xi</sup>

O programa da coligação “São Paulo Somos Nós” apresenta propostas de incentivo e melhoria do transporte coletivo, desestimulando o uso do transporte individual.

Na abordagem sobre desenvolvimento urbano, uso e ocupação do solo, a coligação “São Paulo Somos Nós” afirma que o crescimento de São Paulo no século XX “deu-se com base na improvisação (...) de forma aleatória, danificando o tecido urbano”. Aponta que a implementação de um modelo de gestão urbana excludente contribuiu para a formação de poucos espaços privilegiados em infra-estrutura e serviços e que são um “contraponto às demais regiões da cidade”, onde vive a maioria dos trabalhadores de baixa renda.<sup>xii</sup>

O estado de abandono e degradação ambiental do centro da cidade também é apontado pela coligação São Paulo Somos Nós: Para solucionar esse problema, propõe um programa de requalificação do centro, que deve abranger, entre outras propostas, “a questão da melhoria do meio urbano, principalmente, por meio de um amplo programa de despoluição visual e sonora (...)”. Propõe também a criação de “uma Agência de Desenvolvimento do Centro com a finalidade de planejar e mobilizar as ações da iniciativa privada voltadas para a construção e a ocupação da região central”.<sup>xiii</sup>

Em relação às enchentes, o programa de governo da coligação São Paulo Somos Nós” afirma: “Há que se ter atenção especial à questão das enchentes, cujos contornos devem contemplar os problemas provocados pela própria ocupação desordenada do solo urbano, pela carência da população e por fatores relacionados às alterações do ecossistema mundial”.<sup>xiv</sup>

No programa de governo da coligação “Muda São Paulo”, a primeira abordagem referente às propostas ambientais aparece com o nome de “Saneamento Ambiental” sendo um dos tópicos do capítulo sobre Espaço Público e Melhoria Urbana, assim como as propostas para enchentes, poluição atmosférica, resíduos sólidos e áreas de mananciais. Porém, o programa não reservou um capítulo exclusivo para o meio ambiente e, em vários momentos, a questão ambiental é vista pelo ângulo da sua interface com outros problemas sociais ou urbanos.

Sobre o saneamento ambiental a abordagem apresentada pela coligação “Muda São Paulo” limitou-se à atuação da Companhia Estadual de Saneamento Básico de São Paulo (Sabesp), dentro do município paulistano. Nesta questão, discutiu-se a necessidade de contrato de concessão e definições sobre as obrigações e deveres que deveriam envolver a companhia e a prefeitura. Essa coligação defende “a consideração das interfaces do saneamento ambiental com outras políticas públicas, como saúde, meio ambiente, drenagem urbana, resíduos sólidos, habitação, uso e ocupação do solo, etc. “.

Em relação às enchentes, o Programa de Governo da coligação “Muda São Paulo” relaciona as principais causas do agravamento dos níveis de inundação ao processo de ocupação desordenada do solo de São Paulo: a ocupação de várzeas, o desmatamento, a impermeabilização do solo e a canalização dos seus principais rios .

O programa defende como “prioridade máxima a elaboração do Plano Diretor de Macrodrenagem “ e explica que isso só será possível após um diagnóstico completo sobre os corpos d'água que cortam a cidade .Outra proposta desta coligação refere-se à “criação de um órgão responsável única e exclusivamente pela questão da drenagem”, com atuação permanente e não só em épocas mais críticas. Finalmente, a coligação “Muda São Paulo” defende a “cooperação entre o Estado, a Prefeitura e os demais municípios da região metropolitana no que diz respeito às enchentes”.<sup>xv</sup>

Em relação à poluição atmosférica, este programa defendeu a “articulação com as medidas na política de transportes no que se refere ao Rodoanel e a política prioritária de recuperação do sistema de transporte público”. Esta coligação defende, ainda, a “necessidade de articulação Estado/Município para a gestão integrada da qualidade do ar e campanhas permanentes de educação ambiental (...)”.<sup>xvi</sup>

Foram apresentadas quatorze propostas sobre o lixo urbano. Destas, nove estão relacionadas a programas de coletas seletivas, reciclagem e compostagem dos resíduos orgânicos, apontando formas de gerenciamento através da formação de cooperativas, empresas e parcerias. Pelo menos três propostas sobre reciclagem do lixo estão diretamente relacionadas à geração de renda. Das propostas restantes, existem duas abordando a destinação final do lixo urbano e duas enfatizando a importância da educação ambiental. Ainda sobre o lixo, o programa defende a necessidade de “desenvolver uma política de uso e ocupação do solo que proteja as áreas de mananciais, as margens e cabeceiras dos rios”. Outra proposta apresentada pela coligação é a que propõe “destinação final do lixo em aterros sanitários (...)”.<sup>xvii</sup>

O Programa de Governo da Coligação “Muda São Paulo” apresenta cinco propostas referentes à proteção dos mananciais, que vão desde a fiscalização das áreas, a coibição de novas ocupações, a implantação de programas de educação ambiental até a captação de recursos financeiros para obras de recuperação ambiental.

Os partidos da coligação “Muda São Paulo” propõem-se a desenvolver uma política urbana “que incida sobre a exclusão territorial e a degradação do meio ambiente urbano, ampliando a cidadania”. Entre os eixos estratégicos da política urbana, consta que: a recuperação do ambiente urbano é uma ação sócio-ambiental que busca diminuir os níveis de contaminação ambiental e melhorar a paisagem.

Sobre a política habitacional, o Programa de Governo da coligação “Muda São Paulo” tem como diretriz: “Respeito ao meio ambiente - Compatibilização das intenções com a preservação das intervenções com a preservação e o respeito ao meio ambiente, buscando intervir em áreas degradadas para garantir o direito à moradia e recuperar a qualidade ambiental.(...)”.

Com relação a segurança e violência urbana, os partidos da coligação “Muda São Paulo” relacionam a recuperação dos espaços públicos e da qualidade de vida à contenção da violência .

Essa coligação apresenta uma proposta em relação ao transporte público para melhoria da qualidade do ar: “exigirá dos empresários do setor a renovação da frota de ônibus (...), com tecnologia atrasada, desconfortável e poluente, (...)” Propõe o aumento da frota que já utiliza outras matrizes energéticas, menos poluentes.” Uma das diretrizes apresentadas pela coligação “Muda São Paulo” defende mudanças na atual política de transporte, que deverá oferecer “alternativas à classe média na substituição do automóvel” e priorizar o transporte coletivo. <sup>xviii</sup>

A coligação “Mãos Limpas” apresenta o tema meio ambiente com os seguintes itens: Combustível alternativo; Lixo seletivo; Áreas verdes; Saneamento básico; Mananciais; Reurbanização; Rio Tietê e afluentes.

Em relação à adoção de combustível alternativo, o Plano de Governo do PFL argumenta que o “uso do álcool com diesel diminui a poluição ambiental (...)”.

A coligação “Mãos Limpas” também propõe a coleta seletiva e a reciclagem de lixo a partir de campanhas educativas, envolvendo as escolas municipais, associações de moradores e organizações não-governamentais ligadas à ecologia.

Quando se propõe “preservar as áreas verdes no Município de São Paulo”, a única proposta concreta para melhorar o verde da cidade é pouquíssimo abrangente, ficando restrita aos parques municipais e centros esportivos.

O Plano de Governo dessa coligação foi o único que incluiu saneamento básico como um problema diretamente relacionado ao meio ambiente. Promete que a Prefeitura vai ampliar a construção de novas redes de esgoto e canalização de córregos.

Neste Plano de Governo também aparecem encaminhamentos de propostas diretamente relacionadas ao tema meio ambiente nos seguintes tópicos: “Água e Esgoto; Limpeza Pública; Enchentes; Obras; Habitação; Centro da Cidade”.

Em relação à água e esgoto, as idéias mostram-se bastante contraditórias: “no caso específico de água e esgoto desejo manter a concessão. (...)”. Quanto à “concessão” sabe-se que a Sabesp opera no município sem contrato de concessão.

Com relação à limpeza pública, afirma-se que há irregularidades nos preços cobrados pela “metragem de varredura, na limpeza de bueiros e no recolhimento de lixo na cidade. É preciso acabar com estas práticas irregulares (...), a dívida é assustadora.

Outra proposta polemica, defendida pela coligação “Mãos Limpas” é a que propõe “programas de incineração de lixo que podem ser feitos junto à comunidade”.

Sobre as enchentes, a coligação Mãos Limpas defende que “os piscinões são realmente uma alternativa de solução. Mas não é definitiva(...)”.

Finalmente, este programa critica o “desassoreamento do rio Tietê”, que aponta como lento, e propõe: “temos que aprofundar o leito do rio (...)”.

Na questão da habitação propõe a regularização de loteamentos clandestinos. Contudo, no item meio ambiente defende que os “moradores das áreas de mananciais sejam transferidos para uma área melhor da cidade”.

O plano de obras da coligação “Mãos Limpas” “prevê acompanhamento do crescimento de forma ordenada da cidade”, mas não especifica como isso se dará.

Com relação a recuperação do centro da cidade, a Coligação “Mãos Limpas” enfatiza que: “tem de ser recuperado com urgência. Está totalmente abandonado, (...). São apenas algumas medidas para que se estimule a retomada do centro, inclusive com uma nova ocupação dos imóveis que estão abandonados. (...)”<sup>xix</sup>

O Plano de Governo da Coligação “Respeito por São Paulo” apresenta 17 temas principais, com o total de 66 propostas, sendo que, dentre elas, apenas seis são ligadas diretamente ao tema “São Paulo Verde”, correspondente ao meio ambiente.

No item “São Paulo Verde”, são apresentadas as seguintes propostas: “Recuperação dos Parques Municipais; Despoluição dos Lagos Urbanos; Projeto Bairros Verdes; Novos Parques Municipais; Mananciais; Lixo”. Entre essas, sobressaem as que dizem respeito à recuperação e à criação de parques municipais.

Em relação aos mananciais, esse programa não apresenta um plano de ação efetivo para atacar o problema, colocando apenas que vai “ampliar a colaboração com o governo do Estado na preservação, fiscalização e recuperação dessas áreas.

Algumas questões referentes ao meio ambiente também aparecem nos seguintes tópicos desse programa: “Controle de Enchentes e São Paulo Moradia”.

Quanto ao controle de enchentes, aparecem duas propostas que visam a atacar as suas causas (ação por sub-bacias hidrográficas e recuperação das margens dos córregos) e uma que pretende diminuir os efeitos delas (construção de piscinões).

Na questão que envolve a ação municipal por sub-bacias hidrográficas, considerou-se a ação em conjunto com os demais municípios e com o Estado.

Na abordagem sobre moradia, a coligação “Respeito por São Paulo” defende “Acelerar a regularização de áreas ocupadas, dos loteamentos clandestinos e de Conjuntos Cingapura, para concessão de título de propriedade aos moradores”.

Em relação ao lixo, diz apenas que “visa a redução do volume de lixo e instituição de programas de reciclagem”.<sup>xx</sup>

O Plano de Governo “8 anos em 4” de Paulo Maluf apresenta apenas 4 propostas diretamente relacionadas à questão Meio Ambiente: “Parque do Carandiru; Pólo Turístico da Represa de Guarapiranga; Lixo; Grupo de Controle da Poluição Ambiental”. Na apresentação deste documento, no item “Prefeitura 2000: Nova Filosofia de Gestão, ao discutir os problemas ambientais da cidade de São Paulo, o candidato assume uma posição alarmista e catastrófica.

Com relação ao Carandiru, propõe transformá-lo em um novo Parque do Ibirapuera da Zona Norte.

Quanto ao Pólo Turístico da Represa de Guarapiranga, esse programa de governo promete “Reformar, (...) e proporcionar infra-estrutura para o lazer ecológico”.

Sobre o problema do lixo, o PPB propõe “aumentar a capacidade de absorção dos resíduos nos lixões e a compostagem do lixo urbano. Fiscalização da comunidade quanto à eficiência das concessionárias”.

A última proposta do PPB para o meio ambiente é a criação de um “Grupo de Controle da Poluição Ambiental para conceder mais poder de fiscalização à sociedade civil e aumentar as multas para os infratores .

O PPB apresenta quatro propostas de combate às enchentes e, entre elas, “continuar as obras de retificação de córregos e fundos de vale e dar seguimento à construção de mais piscinões”. O seu “Plano Contra as Enchentes na Cidade de São Paulo” resumiu-se aos seguintes termos: “exigir do Governo do Estado que as obras estaduais nos

rios Tietê e Pinheiros sejam realizadas com urgência”. Defende ainda, a atualização das leis municipais para obras de drenagem.

Ao defender propostas para moradia (projetos “Cingapura” e “Bairro Legal”), não consta do Plano de Governo do PPB nenhuma manifestação sobre a questão ambiental.

O candidato do PPB aproveitou uma proposta feita para a área de meio ambiente e apresentou-a no tópico do programa “Emprego Já”, definindo-a assim: “Pólo Turístico da Zona Sul: aproveitar a remodelação da Represa Guarapiranga para criar empregos nas áreas de serviços: será utilizada mão-de-obra da região”.<sup>xxi</sup>

Esta pesquisa permitiu constatar que nenhum dos Programas de Governo dos partidos políticos priorizados neste trabalho deu um tratamento adequado para a problemática ambiental da cidade de São Paulo, nas eleições de 2000.

No afã de promoverem-se junto a alguns segmentos sociais e de priorizarem a luta parlamentar, os partidos pouca atenção dedicam à questão ambiental e não contemplam em seus programas propostas para o meio ambiente que correspondam às reais necessidades da cidade .

Segundo as peculiaridades da interpretação feita por cada coligação partidária, podemos associá-las formando dois grupos de acordo com a profundidade e a importância com que trataram a temática ambiental. Porém, o PPB fica isolado.

O primeiro grupo inclui a Coligação “Respeito por São Paulo” (PSDB, PV, PTB, PRP e PSD), de Geraldo Alckmin, e a Coligação “Mãos Limpas” (PMDB/PFL), que apoiou Romeu Tuma.

Constatou-se que o plano de governo dessas duas coligações abordou o tema meio ambiente de maneira bastante resumida e superficial, sobressaindo no final uma posição eleitoreira. Suas propostas tinham como objetivo principal apenas reparar certos problemas, sem tocar em questões mais estruturais que visassem a total reversão dos problemas ambientais em nossa cidade. Além disso, as propostas não apresentavam conexão entre si e nem com outros problemas urbanos que se interrelacionam na dinâmica do município. Mesmo assim, o Plano de Governo da Coligação “Mãos Limpas” era um pouco mais abrangente que o da Coligação “Respeito por São Paulo”.

Cumprir destacar que essas duas coligações estão à frente de instituições governamentais voltadas para o meio ambiente. O PSDB dirige a Secretaria do Meio

Ambiente no Estado de São Paulo, enquanto o PFL controla o Ministério do Meio Ambiente. Levando em consideração a responsabilidade moral e o acúmulo de experiências, esperava-se algo mais substancial dessas coligações com um tratamento mais adequado para o tema meio ambiente.

Com relação a coligação “Respeito por São Paulo”, uma questão que surge é saber por que o Partido Verde que se proclama defensor das causas ecológicas, não contribuiu para a elaboração de uma abordagem mais profunda e abrangente sobre meio ambiente na cidade de São Paulo. Seria contraditório um partido que tem como principal meta a defesa do meio ambiente não ter propostas escritas e sistematizadas para o município de São Paulo.

O segundo grupo inclui a Coligação “São Paulo Somos Nós” (PSB, PDT, PPS, PMN), de Luiza Erundina e a Coligação “Muda São Paulo” (PT, PC do B, PCB, PHS) de Marta Suplicy.

Os Programas de Governo dessas Coligações deram um tratamento mais integrado à problemática ambiental. Assim, o meio ambiente apareceu como uma das interfaces dos problemas sobre habitação, transporte e trânsito, espaço público e melhoria urbana, desenvolvimento urbano, uso e ocupação do solo, emprego, etc.

Apesar dessa aparente abrangência, o item meio ambiente ficou restrito a poucas propostas. A questão dos resíduos sólidos se sobressaiu, ocupando mais espaço na abordagem do problema.

Percebe-se também, nos programas de governo dessas duas coligações, um viés bastante economicista, principalmente na abordagem das políticas para resíduos sólidos e emprego.

Estas coligações deram ênfase para as parcerias na solução dos problemas ambientais. Deixaram evidente que as ações na área ambiental devem criar condições para se auto-sustentarem, através da geração de renda, do ecoturismo, de cooperativas de reciclagem, etc..

Com relação aos problemas de habitação e dos mananciais, as propostas apresentadas por essas coligações mexem com várias questões estruturais do município de São Paulo. Portanto, não serão resolvidas a curto e médio prazo.

Com relação ao PPB não seria possível associá-lo a nenhuma outra coligação porque sua abordagem sobre meio ambiente, além de muito superficial, apresenta-se desvinculada do contexto socioeconômico da cidade e não reflete um compromisso com a resolução dos problemas, assemelhando-se mais aos apelos eleitorais. Os vários itens abordados apareceram de forma compartimentalizada, desconsiderando-se a interdependência entre eles. Um fato que evidencia essa realidade foi o tratamento dado ao problema das enchentes que apareceu separado do item meio ambiente.

Considerando que 50% do espaço do programa do PPB foi reservado para: o Slogan da campanha, a apresentação do candidato e as questões de segurança, parece questionável a preocupação do candidato em relação às propostas ambientais.

Pelas idéias descritas neste trabalho, em especial no capítulo sobre São Paulo, comprovou-se que a grave crise ambiental na cidade não deve ser uma preocupação apenas da alçada dos ecologistas. Pelo contrário, essa crise deveria mobilizar o interesse de toda a sociedade, principalmente daqueles que detêm o poder político. Por isso, torna-se urgente mudar a história de omissão e inoperância que sempre caracterizou o poder público frente ao processo de degradação ambiental.

Diante da complexidade das questões ambientais, o momento exige, mais do que nunca, propostas e projetos ambientais que viabilizem ações numa perspectiva multidisciplinar, com conhecimento dos aspectos naturais e suas interações com o meio social e econômico.

Parece que outrora alguns partidos políticos e movimentos sociais consideravam a luta ecológica como uma questão menor. Agora, entretanto, precisam entendê-la como uma questão essencialmente política e de ampla dimensão social.

Por outro lado, alguns segmentos do movimento ecológico que travam lutas solitárias e localizadas precisam se unir contra a poderosa estrutura política e econômica que promove, direta ou indiretamente, a devastação ambiental. Por isso, a luta ecológica tem que ganhar amplos setores da sociedade: os partidos políticos, as organizações não-governamentais (ONGs), as Sociedades Amigos de Bairro, os sindicatos, o Movimento dos Sem-Terra, as entidades estudantis, etc.

Através desta pesquisa foi possível constatar que o modelo econômico vigente na cidade de São Paulo e no país foi o fator preponderante para o agravamento dos

desequilíbrios ambientais e que esse modelo sempre teve uma base de sustentação política em nível municipal, estadual e federal.

Por isso, torna-se urgente redimensionarmos nosso papel político em relação aos destinos da cidade, intervindo em seu cotidiano e exercendo o papel de agentes das transformações socioeconômicas, políticas e ambientais que se fizerem necessárias a sua realidade.

Assim, ganhará uma nova dimensão e coerência o pensamento de Gerd Bornheim, citado na introdução desta pesquisa: “Só existe uma forma de chegar ao cerne da questão ecológica, que é pela instância política”.

## **BIBLIOGRAFIA**

BOBBIO, N. ; MATTEUCCI, N. ; PASQUINO, G. **Dicionário de política** 2<sup>a</sup> Ed. Universidade de Brasília, 1986, p. 888-905 e 954-981.

BONDUKI, Nabil. **Habitar São Paulo**: reflexões sobre a gestão urbana. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2000.

CALDERONI, S. **Os bilhões perdidos no lixo**. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Humanitas Editora/FFLCH/USP, 1999.

COLIGAÇÃO MUDA SÃO PAULO. **Programa de governo – São Paulo vai dar a volta por cima. Marta Prefeita**, 2000.

COLIGAÇÃO RESPEITO POR SÃO PAULO. **Plano de Governo 2000**.

COLIGAÇÃO SÃO PAULO SOMOS NÓS. **Carta-Compromisso com São Paulo**.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. **Dicionário de Ciências Sociais**. 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1987, p. 870, 994 e 995

FRÚGOLI JR., H. **Centralidade em São Paulo**: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez, 2000.

LAMOUNIER, B., MENEGUELO, R. **Partidos políticos e consolidação democrática, o caso brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MONTEIRO, B. ; OLIVEIRA, C. A. P. **Os partidos políticos**. São Paulo: Global, 1989.

PFL. Instituto Tancredo Neves. **Manual do candidato 2.000**: os caminhos da vitória, maio de 2.000.

PPB. **Plano de Governo de Paulo Maluf – PPB**, 2.000

ROLNIK, R. São Paulo. Publifolha **Folha Explica**, – 2.001..

SÃO PAULO (Estado). Secretária do Meio Ambiente – Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental. **Perfil ambiental e estratégias**. São Paulo, 1992.

SÃO PAULO (Estado). Secretária do Meio Ambiente, Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental – Cetesb. **Região Sudeste: perfil ambiental e estratégias**, 1992.

SÃO PAULO (Município). **Agenda 21 Local**, 1996

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. **Questão ambiental urbana/ cidade de São Paulo**, 1993.

SPOZATI, A. Mapa da exclusão/ inclusão social da cidade de São Paulo. São Paulo: Editora Educ, 1996.

WEBER, M. **Ciência e política: duas vocações**. São Paulo: Cultrix, 1968.

---

<sup>i</sup> BORNHEIM, *Reflexões Sobre o Meio Ambiente*, p. 41

<sup>ii</sup> *Ibid*, p. 41

<sup>iii</sup> BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, N., PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*, p. 888

<sup>iv</sup> SÃO PAULO (Governo). CETESB, *Região Sudeste: Perfil Ambiental e estratégias*, Secretária do Meio Ambiente, p. 23

<sup>v</sup> SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente, *São Paulo 92: Perfil Ambiental* p. 31

<sup>vi</sup> FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, *Dicionário de Ciências Sociais* –p. 994

<sup>vii</sup> BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, N., PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*, p. 898

<sup>viii</sup> FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, *Dicionário de Ciências Sociais* –p. 994

<sup>ix</sup> Carta Compromisso com São Paulo, p. 53-54

<sup>x</sup> *Ibid*, p.10

<sup>xi</sup> *Ibid*, p. 31

<sup>xii</sup> Carta-Compromisso Com São Paulo, p. 61

<sup>xiii</sup> *Ibid*, p. 62

<sup>xiv</sup> *Ibid*, p. 63

<sup>xv</sup> Programa de Governo, p. 18 e 19

<sup>xvi</sup> *Ibid*, p. 19

<sup>xvii</sup> Programa de Governo, p. 19

<sup>xviii</sup> Programa de Governo

<sup>xix</sup> Plano de Governo de Romeu Tuma, “não pag.”

<sup>xx</sup> Plano de Governo da Coligação “Respeito por São Paulo”, “não pag.”

<sup>xxi</sup> “8 Anos em 4” - Programa de Governo de Paulo Maluf, “não pag.”